

A CATEGORIA TRABALHO NOS TEXTOS DIDÁTICOS UTILIZADOS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

COAN, Marival – CEFETSC – marival@cefetsc.edu.br

TUMOLO, Paulo Sérgio – PPGE-UFSC – tumolo@ced.ufsc.br

GT: Trabalho e Educação / n.09

Agência Financiadora: Sem Financiamento

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com o propósito de analisar as abordagens sobre a categoria *trabalho* presentes nos livros e outros materiais didáticos utilizados para o ensino de Sociologia no nível médio. Para tanto, fez-se um levantamento minucioso, a leitura e análise dos livros e materiais didáticos, bem como uma pesquisa de campo, por meio de um questionário exploratório e uma entrevista, com professores que lecionam a disciplina de Sociologia nas redes pública e particular do Estado de Santa Catarina¹.

A pesquisa foi norteada por uma série de questões. Que compreensão(ões) de trabalho poderíamos encontrar nos textos investigados? Quais as referências teóricas usadas pelos autores para tratar do tema? Os textos didáticos não estariam fazendo uma abordagem superficial da categoria em questão, dificultando ou inviabilizando o desvelamento do trabalho no modo capitalista de produção? Em que medida tais materiais, quando abordam os temas relacionados ao mundo do trabalho, como o subemprego, desemprego, trabalho infante/juvenil, novas tecnologias, flexibilização do processo de trabalho, entre outros, estariam oferecendo elementos para a realização de uma crítica radical que a realidade exige? Que perspectivas a respeito do trabalho os textos didáticos estariam apontando para os estudantes do ensino médio brasileiro?

Exporemos abaixo, de forma sucinta, os textos didáticos apreciados, as características principais referentes ao trabalho, e, em seguida, buscaremos fazer uma análise do referido material.

O trabalho nos textos didáticos

Os livros e outros materiais didáticos que versam sobre o tema do trabalho serão apresentados em blocos, procurando-se destacar as características centrais comuns, bem como as diferenças, os referenciais teóricos e as perspectivas apresentadas.

O primeiro bloco diz respeito aos livros didáticos temáticos de nível médio para o ensino da Sociologia e concentra o maior número de obras indicadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Oliveira (2000), Costa (2000), Tomazi (2000), exceção apenas para a de Meksenas (2001) que, por sua vez, é indicada pela Proposta Curricular de Santa Catarina (1998).

A pesquisa de campo feita com professores de Sociologia mostrou que esses são os mais conhecidos, utilizados e considerados como bons autores de livros didáticos. Além disso, todos eles foram revisados para se adaptarem às novas exigências da reforma do ensino médio.

Nesses textos, o trabalho é apresentado a partir de sua definição ou sentido, ou seja, como atividade humana que transforma a natureza e cria os bens de que se necessita para produzir a vida. Os

¹ Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla que investigou, além do material didático utilizado para o ensino de sociologia, sua trajetória na educação brasileira, particularmente no ensino médio. A pesquisa de campo (questionário e entrevista) permitiu o levantamento de dados acerca do ensino da sociologia no ensino médio, sua importância e perspectivas, e de informações a respeito dos materiais didáticos utilizados (quais materiais, de que forma são usados e uma avaliação dos mesmos).

autores também procuram situar o trabalho historicamente, expondo-o a partir das várias formas que vai assumindo nos diversos modos de produção. O conceito de trabalho como tripalium – instrumento de tortura – é apresentado para poder falar do seu sentido negativo. Em síntese, aparece a idéia de trabalho em geral, trabalho abstrato, trabalho alienado, sinônimo de exploração.

O autor clássico mais utilizado nessas obras é Karl Marx, tanto para fazer a crítica ao modo capitalista de produção, como para apresentar o sentido do trabalho como atividade necessária à espécie humana.

O segundo bloco – que trata dos livros didáticos não temáticos – dá ênfase às obras de Guareschi (1987) e Piletti (1990). O primeiro busca mostrar uma visão mais estrutural do funcionamento da sociedade, na qual o trabalho é visto a partir de uma concepção geral, seguindo as especificidades que assume em cada modo de produção. No capitalismo, o trabalho é considerado como chave para a compreensão desse modo societal. Piletti (1990) aborda a temática do trabalho a partir de conceitos como classe social, desigualdade social, modos de produção. O capitalismo cria duas classes fundamentais, a dos donos dos meios de produção e a dos trabalhadores, que estabelecem uma relação.

O terceiro bloco, composto por livros didáticos de outras disciplinas utilizados para o ensino da Sociologia, averigua quatro obras: Ribeiro (2000), Cotrin (1996), Aranha e Martins (1995) e Chaui (2000). Essas obras apareceram na pesquisa de campo, como também na indicação feita pelos PCNs para o ensino da disciplina de Filosofia.

Os textos têm em comum uma abordagem cultural do trabalho. Procuram defini-lo, situá-lo historicamente e tecer uma crítica maior ao trabalho submetido ao modo capitalista de produção. Karl Marx é utilizado tanto para definir o que seja trabalho, como para fazer a crítica ao trabalho sob o controle do capital.

O quarto bloco refere-se aos livros didáticos de introdução geral à Sociologia que foram elaborados por seus autores - Bins (1990), Castro e Dias (2001), Dias (2005), Ferrari (1983), Lakatos e Marconi (1999), Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2003), Sell (2002) - para oferecer elementos introdutórios para os que ainda não tiveram uma iniciação à Sociologia. Abordam os principais pensadores clássicos, bem como algumas temáticas concernentes à sociologia. No tocante aos clássicos, o destaque recai sobre a vida, pensamento e obras de Marx, Weber e Durkheim. Quanto às temáticas básicas da sociologia, dão ênfase para: interação social, grupos e classes sociais, cultura e organização social, controle e mudança social, os processos sociais, Estado e política, modos de produção, dentre outros. Alguns autores apresentam a temática do trabalho em um capítulo específico; outros a relacionam a vários temas, como, por exemplo, classes sociais, desigualdades sociais, modos de produção, entre outros.

O quinto bloco, composto por livros paradidáticos, diz respeito às obras de Aranha (1997), Carmo (1992, 1997, 1998), Dimenstein (2000), Gerab e Rossi (1997) e Nascimento e Barbosa (2001), que versam sobre vários aspectos do mundo do trabalho.

O sexto bloco refere-se às apostilas dos sistemas educacionais Expoente, elaborada por Vianna, Andrade e Filho (2006), e Energia (2006). A apostila do sistema Expoente para o ensino da Sociologia não é temática e a questão do trabalho encontra-se diluída em temas como: camadas, classes e desigualdades sociais e miséria.

O sétimo e último bloco trata dos dicionários especializados, num total de cinco obras: Abbagnano (2003); Bottomore et al. (2001); Boudon e Porricaud (2002); Japiassu e Marcondes (1996) e Johnson (1997), sendo duas especificamente de Sociologia, duas de Filosofia e uma do pensamento marxista. Em linhas gerais, os dicionários exibem o conceito de trabalho e sua relação com temas afins, tais como: alienação, desemprego e subemprego; estrutura ocupacional; mercado; mobilidade social; profissão e profissionalização; sociedade pós-industrial; trabalho doméstico, trabalho e força de trabalho; valor econômico, entre outros. O autor mais utilizado pelos vários dicionários para explicitação da temática é Karl Marx.

Observações preliminares

Apresentamos, a seguir, algumas observações preliminares a respeito da pesquisa feita e do material analisado:

1. Os livros didáticos para o ensino da Sociologia apresentam-se de forma temática e não temática, sendo que muitos deles passaram por revisões para se adaptarem às reformas do ensino médio brasileiro, como é o caso de Costa (2000), Oliveira (2000) e Tomazi (2000).
2. Existe uma limitada produção de material didático para o ensino de Sociologia, o que desafia ainda mais os profissionais da área no sentido de buscarem alternativas para enfrentar tais dificuldades.
3. O material didático analisado permite perceber um esforço considerável por parte dos seus autores no sentido de apresentarem um bom material, com uma relativa capacidade explicativa, boa seleção de textos, exercícios e dinâmicas.
4. Dentre os clássicos, Karl Marx aparece em todos os materiais analisados, embora com abordagens diferentes. Constatou-se uma utilização bastante acentuada dos assim ditos escritos do jovem Marx, principalmente dos Manuscritos de 1844 e do Manifesto de 1848. A obra O capital foi pouco explorada.
5. A utilização dos dicionários pode contribuir muito para a preparação das aulas, elevando assim a qualidade do ensino de Sociologia.
6. A pesquisa de campo evidenciou que a temática do trabalho é muito abordada nas aulas de Sociologia. O questionário exploratório indicou que 94% dos pesquisados abordam a temática, e entre os entrevistados, todos tratam deste assunto.
7. Quanto à abordagem e à perspectiva dos livros e outros materiais didáticos de Sociologia acerca da categoria trabalho, a partir dos dados levantados na pesquisa de campo, de maneira geral, os entrevistados assinalam que depende muito do trabalho feito pelos professores, principalmente a tarefa da construção da consciência crítica. Também destacam que são poucos os livros didáticos que apontam alguma perspectiva emancipatória. De maneira geral, os entrevistados consideram tais materiais como fracos, com exceção de alguns que fazem uma abordagem mais crítica. Os entrevistados ainda evidenciam que os textos devem ajudar os estudantes a compreenderem a realidade do trabalho, do emprego; a perceberem que a construção de um outro mundo é possível.
8. A Proposta Curricular da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (1998) também inclui o tema do trabalho e sugere que o mesmo deve ser desenvolvido a partir dos clássicos da Sociologia e apresentar, dentre outras temáticas, a divisão social do trabalho, as forças produtivas, relações de

produção, luta de classe, classes sociais, infra e superestrutura, trabalho humano (concepção e execução), modos de produção.

9. A abordagem da temática do trabalho nas aulas de Sociologia é sugerida pelos PCNs de 1999 e PCNs+ de 2002 e compreende uma das quatro unidades sugeridas. Segundo tais Parâmetros, quando se aborda a temática do trabalho, deve-se enfatizar: a organização do trabalho, os modos de produção ao longo da história e o trabalho no Brasil, o trabalho com um dos conceitos fundamentais do conhecimento sociológico, o trabalho e as desigualdades sociais, o trabalho e o lazer, o trabalho e mobilidade social, mercado de trabalho, emprego e desemprego; profissionalização e ascensão social.
10. No trato dado ao trabalho, a quase totalidade das obras apreciadas procura defini-lo, situá-lo historicamente, bem como destacar sua importância vital para a espécie humana. A definição mais comum é a de que o trabalho é uma atividade tipicamente humana, necessária para transformar a natureza, com vistas a produzir os bens necessários para a reprodução da vida humana. A referência básica utilizada para a definição do trabalho é um excerto extraído do início do capítulo V d'O Capital de Marx.
11. De modo geral, os autores analisados enfatizam que o trabalho passou por vários processos, começando pela comunidade primitiva, passando pelas sociedades escravista e feudal, chegando ao modo capitalista de produção marcadamente com a revolução industrial. Na sociedade atual, o trabalho tem características próprias definidas principalmente pelo fenômeno da globalização e das alterações provocadas pelo processo da reestruturação produtiva. A tendência futura apontada por alguns autores sinaliza para a superação da sociedade do trabalho e implantação da sociedade do tempo liberado. Já, para outros, a continuação do capitalismo tende a manter o quadro de exclusão, tornando necessário um processo de sua superação.

Considerações adicionais

Alguns textos didáticos mereceram uma atenção especial no momento em que se propõem a apontar algumas alternativas para o futuro da sociedade do trabalho. Carmo (1992, 1997, 1998), mesmo trazendo à tona a discussão de temas fundamentais relacionadas à temática do trabalho submetido ao modo capitalista de produção, como, por exemplo, o lucro, o desemprego, o uso da ciência e da tecnologia, quando aponta alguma alternativa, o faz a partir do modelo atual, ou seja, não aponta uma perspectiva emancipatória, apesar de, sistematicamente reivindicar o marxismo como ferramenta de análise.

O autor também demonstra limites no momento em que aborda aquilo que ele denomina de “o fim da sociedade do trabalho”, bem como também em “como gerar novos empregos” e como se dá a produção e o consumo das mercadorias. A saída para o atual quadro de crise de emprego e trabalho dependerá, sustenta o autor, de iniciativas heróicas das ONGs e por meio de outras atitudes, como reduzir a jornada de trabalho e oferecer trabalho para todos.

Aranha (1997), por sua vez, evidencia a necessidade de se acabar com as diferenças sociais, além de se evitar que o homem e sua força de trabalho se tornem uma mercadoria. Não aponta, porém, para a necessidade de ruptura com o modelo atual, o que, ao nosso ver, é o causador das diferenças sociais e da transformação da força de trabalho em mercadoria, conseqüências da propriedade privada.

A análise de Nascimento e Barbosa (2001) apresenta um limite de perspectiva histórica, visto que, embora consiga caracterizar o que acontece com o trabalho sob o controle do modo capitalista de produção, não tem força analítica suficiente para propor sua superação, de tal forma que a perspectiva apontada está em

ousar lutar por um mundo mais justo (...) temos a esperança de que uma cultura do trabalho e da divisão do seu resultado, potencializada pelos avanços tecnológicos da humanidade, poderá dar emprego e sustento para todos, com jornadas de trabalho cada vez menores, resultando em tempo – muito tempo – para o estudo, a diversão, o lazer, o amor e o prazer (p. 84).

Gerab e Rossi (1997) contextualizam os efeitos nefastos das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e apontam para a necessidade de um governo dos trabalhadores, encabeçado por um de seus líderes – Luiz Inácio da Silva. As esperanças que os autores nutriam no final da década passada, porém, parecem ter sucumbido uma vez que a eleição de um presidente vindo do seio da classe trabalhadora segue as mesmas políticas citadas e criticadas pelos autores.

O trabalho como atividade humana e o trabalho alienado

Com o intuito de fazermos uma análise acerca do tratamento dispensado ao tema do trabalho nos textos didáticos que investigamos, apresentaremos, a seguir, algumas contribuições para a compreensão dessa categoria analítica.

Uma das perspectivas para se pensar o trabalho está relacionada a seu sentido ontológico. Engels (2004), em sua obra “Sobre a transformação do macaco em homem”, enfatiza que o trabalho é a condição básica de toda a vida humana; em suma, foi o trabalho que possibilitou o surgimento do homem. Em que pese todo o limite antropológico desta obra (escrita em 1876), o raciocínio desenvolvido é bastante ilustrador e toda a diferença entre o homem e os outros animais encontra-se no trabalho.

De maneira semelhante, e até servindo-se do texto de Engels, Braverman (1987) também insiste na idéia do trabalho como atividade especificamente pertencente à espécie humana. O autor entende o trabalho como aquela atividade, realizada pelo homem, que altera o estado natural da natureza para melhor servir-se dela, satisfazendo, com isso, suas necessidades. Além disso, o trabalho figura antes em sua mente, para depois exteriorizar-se, podendo, inclusive, ser executado por outras mãos, que não aquelas que o planejou.

Ainda a respeito do sentido ontológico do trabalho, Lessa (2002) também afirma que o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens. Essa atividade humana que transforma a natureza e o próprio homem é decisiva. É ela que promove o salto para além dos instintos e constrói a existência social do homem. Embora a vida não se resuma ao trabalho, não há vida humana sem trabalho. Essa perspectiva de compreensão do trabalho não tem que ver com o trabalho abstrato, alienado, produtor de mais-valia, diz Lessa.

Como visto anteriormente, essa concepção de trabalho aparece em praticamente todos os textos didáticos consultados em nossa pesquisa. Contudo, a questão do trabalho alienado também comparece com enorme incidência naqueles textos, como se pode verificar em Aranha e Martins (1995), Cotrin (1996), Ribeiro (2000) entre outros, que entendem o trabalho no modo capitalista de produção como trabalho alienado, fundamentados, principalmente, em Marx. Além da alienação no trabalho, também

analisam a alienação em outros aspectos da vida humana como, por exemplo, no lazer, no consumo, na política.

De fato, nas chamadas obras de juventude, sobretudo nos Manuscritos Econômico-Filosóficos ou Manuscritos de 1844 (MARX, 1974), Marx refere-se ao trabalho no modo capitalista de produção como trabalho alienado ou estranhado.

A esse respeito, Tumolo (2006) entende que a discussão concernente ao trabalho feita por Marx nos Manuscritos é uma primeira incursão de um estudo da concepção que o autor foi construindo a respeito dessa categoria em suas principais obras. Começando pela distinção entre as noções de alienação e de estranhamento, Tumolo (2006) argumenta que o cerne da discussão nesses escritos é a relação de mútua determinação, no seio do capitalismo, entre trabalho estranhado e propriedade privada. O autor entende que o estranhamento se manifesta na vida do trabalhador porque este se encontra expropriado de qualquer propriedade e, por isso, a relação estranhamento-propriedade privada pode ser compreendida pela relação entre estranhamento e expropriação. No entanto, em suas obras posteriores, sobretudo em O Capital, Marx compreende, diferentemente, que a relação capitalista ocorre entre dois proprietários – um, dos meios de produção e outro, da força de trabalho –, de tal forma que a exploração é resultado de uma relação entre iguais, na qual não houve expropriação. Dessa forma, continua o autor,

se o entendimento apresentado anteriormente, segundo o qual o fenômeno do estranhamento e, por conseguinte, do trabalho estranhado, só pode se configurar quando existe um processo de expropriação, e considerando que a exploração capitalista pressupõe a negação da expropriação, então algumas indagações se impõem. Será que as categorias de estranhamento e de trabalho estranhado continuam a ter validade explicativa nas chamadas obras da maturidade de Marx, nas quais trata da exploração capitalista? É possível supor que houve, na evolução da produção teórica marxiana, a superação dessa categoria? (TUMOLO, 2006, p. 160).

A partir de tais indagações, se admite-se, pelo menos hipoteticamente, que a compreensão de trabalho em Marx nos Manuscritos e em outras obras de seu período de juventude, representa um primeiro esboço em sua produção sobre esse tema, que recebeu um tratamento analítico mais denso e aprofundado nos escritos posteriores, principalmente em O Capital, então poder-se-ia considerar insuficiente a análise sobre o trabalho que faz uma boa parcela dos autores de materiais didáticos para o ensino de Sociologia que se referencia apenas nos Manuscritos, o que poria a necessidade de compreendê-lo a partir, especialmente, de O Capital.

Trabalho, taylorismo-fordismo e reestruturação produtiva

Outro aspecto comum entre os autores dos materiais didáticos avaliados diz respeito à análise que fazem do processo de produção baseado no modelo taylorista-fordista, na reestruturação produtiva e no alto grau do desenvolvimento das forças produtivas atingido com os últimos avanços da ciência e da tecnologia moderna, o que, na visão de alguns deles, poderia apresentar à humanidade a possibilidade de uma sociedade do tempo liberado, ou a sociedade do ócio.

No que tange ao modelo taylorista-fordista, Braverman (1987) faz uma acurada análise do processo capitalista de produção, repousando uma crítica mais severa no processo de trabalho a partir da concepção de Taylor, bem como do modelo fordista. Ancorado na obra O Capital de Marx, o autor expõe o que significa, para o proprietário da força de trabalho, estar submetido ao controle do capital.

Por outro lado, a reestruturação produtiva tem sido alvo de muitas análises nos últimos anos. Existe um grupo de autores que a identificam como a terceira revolução, extraíndo daí uma série de derivações, principalmente as que apontam para o fim da sociedade do trabalho, ou mesmo aquelas que questionam a centralidade do trabalho. Vários autores dos textos didáticos enveredam por tais caminhos, como é o caso de Carmo (1992, 1997, 1998), Costa (2000) e Cotrin (1996).

Antunes (1995), Lessa (2002), Tumolo (1997, 2001, 2002, 2003), entre outros autores, procuram demonstrar que a reestruturação produtiva, expressa de modo mais significativo no chamado modelo japonês, ou toyotismo, caracteriza-se por mudanças na superfície do sistema, principalmente quando confrontadas com as regras básicas da acumulação capitalista. Tumolo (2001) argumenta que a reestruturação produtiva expressa as alterações nos processos de trabalho ocorridas a partir do final do século passado, necessárias ao capital na busca da continuidade de sua reprodução, cuja principal característica é a intensificação da exploração sobre a força de trabalho.

Uma vez que essas mudanças são um elemento constitutivo da lógica do capital e têm como propósito não a alteração desta lógica, mas, ao contrário, sua manutenção, a reestruturação produtiva só pode ser devidamente compreendida quando relacionada à análise das leis que regem o movimento contraditório do capital, empreendimento este realizado por Marx em sua obra *capital*.

O trabalho em O Capital de Marx

Como vimos anteriormente, embora a utilização das concepções de trabalho em geral, em seu sentido ontológico, e de trabalho alienado, bem como as discussões sobre a chamada reestruturação produtiva sejam necessárias, revelam-se, ao mesmo tempo, insuficientes para a compreensão do trabalho no interior do sistema sócio-metabólico do capital, o que nos remete aos estudos mais aprofundados desenvolvidos por Marx em *O Capital* (MARX, 2003).

Buscar apreender a construção categorial sobre o trabalho que Marx realiza ao longo de sua principal obra mostra-se uma tarefa deveras árdua e difícil. Sobre esse tema, o autor começa, logo na primeira página, por apresentar a categoria de trabalho útil ou concreto que tem como finalidade produzir valores de uso, que constituem o conteúdo material da riqueza, para satisfazer necessidades humanas. Como sua intenção inicial é fazer uma investigação sobre a mercadoria, que é valor de uso e valor de troca, Marx discorre sobre este último e, daí, parte para a compreensão do valor e sua substância, o trabalho abstrato, que, juntos, formam a pedra angular de seu empreendimento teórico. Com esta base, ele desenvolve uma das explicações mais magistrais sobre o dinheiro, primeiro como equivalente geral e depois como meio de circulação, o que lhe permitirá, na seqüência, começar a desvendar o processo de transformação do dinheiro em capital.

No início do capítulo V, todavia, o autor faz uma inversão em seu método de exposição e volta a tratar o trabalho de forma geral, apresentado, de forma sintética, no segundo parágrafo. A compreensão de trabalho aí posta tem sido largamente utilizada, por autores marxistas e não marxistas, de tal forma que, possivelmente, esse parágrafo seja o excerto mais citado de Marx. Isso pode ser verificado nos autores que defendem a centralidade ontológica do trabalho, como é o caso, entre outros, de Lessa (2002) e Antunes (1995, 1999), naqueles que propõem o trabalho como princípio educativo, como, por exemplo, Kuenzer (1988, 1989), Ramos (2005), Machado (1989) e Saviani (2000, 2002), entre outros, bem como na quase totalidade dos textos de ensino de sociologia por nós apreciados.

Analisando esse mesmo assunto, Tumolo (2005), afirma que

A utilização, no início do capítulo cinco, de categorias analíticas de caráter genérico, como o trabalho em geral, significou um recurso metodológico, cujo objetivo foi o de apresentar as características e fatores constitutivos do processo de trabalho, diferenciando-o do processo de valorização e, ao mesmo tempo, compreendendo, como unidade de ambos, o processo de produção capitalista (p.255).

Por essa razão, o autor conclui que “a categoria *trabalho*, entendida aqui, por suposto, como trabalho em geral, não serve ou, na melhor das hipóteses, é insuficiente para a apreensão da relação capitalista de produção e, portanto, do ser social da forma capital” (Idem, *ibidem*, grifado no original).

Essa conclusão mostra-se pertinente quando se observa a continuidade da linha argumentativa de Marx, uma vez que, na segunda parte do mesmo capítulo V, faz uma retomada dos temas anteriormente tratados, para poder dar, finalmente, o salto para a compreensão da transformação do dinheiro em capital, que ocorre por meio da realização da relação de produção especificamente capitalista, cuja característica principal é a força de trabalho como mercadoria, resultando no processo de produção do capital. Tudo isso, possibilita, na seqüência, o desenvolvimento de um dos temas mais fecundos e, ao mesmo tempo, mais controversos, a saber, o de trabalho produtivo.

Confirmando a hipótese anteriormente aventada, o próprio Marx, no capítulo XIV da mesma obra, esclarece que no início do capítulo V está apresentando o processo de trabalho em abstrato, independentemente de qualquer forma histórica, e que tal compreensão não é suficiente para entender o significado do trabalho no sistema capitalista. Uma vez que a produção capitalista não pode ser apenas produção de valores de uso ou de mercadorias, mas sim, essencialmente, produção de mais-valia, Marx entende que só é produtivo o trabalho que produz diretamente mais-valia e, conseqüentemente, capital, ou seja, o trabalho consumido diretamente no processo de produção e autovalorização do capital². Nesse sentido, não se pode entender o trabalho produtivo apenas sob o âmbito do processo de trabalho, uma vez que, do ponto de vista de seu resultado, todo trabalho é trabalho produtivo, visto que se objetiva em algo. Tal intento significaria confundir trabalho produtivo com trabalho útil. Essa acepção de trabalho produtivo é, portanto, insuficiente para a compreensão do processo de produção capitalista.

Uma vez que o trabalho produtivo não apenas pressupõe e incorpora o trabalho abstrato e o trabalho útil - numa relação repleta de contradições -, mas principalmente que ele explicita, com toda radicalidade, o significado do trabalho na forma social especificamente capitalista, pode-se considerar que ele é a categoria analítica fundamental.

Buscando resumir o tratamento sobre o trabalho oferecido por Marx em *O Capital*, Tumolo afirma que

ele aparece como *trabalho em geral* numa forma social genérica e como *trabalho útil* (ou *concreto*), *trabalho abstrato* e *trabalho produtivo (de capital)* na forma social capitalista. Mais do que apontar a relação de determinação entre as três categorias de trabalho no capitalismo, procurei evidenciar [...] a relação de contradição entre o trabalho concreto, como criador do valor de uso para satisfação das necessidades humanas, e o trabalho produtivo de capital, cuja análise

² Esse entendimento de trabalho produtivo está presente, além de *O Capital*, em outras obras de Marx, como é o caso do Capítulo VI Inédito de *O Capital* (MARX, 2004) e em outros autores, como Rubin (1987).

conduziu à conclusão segundo a qual, **na forma social do capital, a dimensão de positividade do trabalho se constitui pela dimensão de sua negatividade, seu estatuto de ser criador da vida humana se constrói por meio de sua condição de ser produtor da morte humana** (TUMOLO, 2005, pp. 255-6, grifado no original).

Por essa razão, Mészáros (2002), após apresentar e fazer a crítica do trabalho submetido ao controle sócio-metabólico do capital, aponta para a necessidade da superação de tal ordem e a construção da sociedade comunista, na qual o homem pode novamente executar o trabalho de modo livre, autônomo e criativo. O futuro precisa ser qualitativamente diferente e o trabalho precisa ser reconstituído para que possa garantir a reprodução sociometabólica de todos. Livre dos grilhões da produção capitalista, o trabalho humano poderá garantir toda sua produtividade para satisfazer as necessidades humanas de todos.

Considerações finais

Procuramos fazer uma análise de uma parte considerável de livros e outros materiais didáticos utilizados para o ensino de sociologia no nível médio da educação brasileira com o intuito de poder contribuir nas discussões acerca da obrigatoriedade do ensino dessa disciplina nesse nível de ensino.

A análise dos materiais foi feita a partir de um recorte temático sobre o trabalho, tendo como arcabouço teórico o legado do pensamento marxista. Tal escolha deveu-se à importância que as discussões acerca de tal temática encerra. Em primeiro lugar pelo sentido ontológico do trabalho. O trabalho, como descreve Engels, criou a espécie humana. Em segundo lugar, porque no modo capitalista de produção, o trabalho – mais especificamente, a força de trabalho – é a peça fundamental para a produção e reprodução desse modo societal. A força de trabalho transformada em mercadoria passa a ser explorada pelos detentores do capital, propiciando a estes uma mais-valia, um tempo em que o trabalhador emprega sua força de trabalho para produzir um sobre-trabalho e, conseqüentemente, capital.

A escolha pelo referencial teórico marxista deve-se ao caráter explicativo que tal arcabouço propicia. Marx e uma parte considerável dos autores marxistas mergulharam a fundo no entendimento do modo capitalista de produção oferecendo uma ferramenta poderosa de análise e crítica.

Neste texto procuramos oferecer algumas contribuições para a compreensão da categoria trabalho. Situamos o trabalho em seu sentido geral, como eterna necessidade humana, o trabalho alienado e tecemos algumas considerações acerca da chamada reestruturação produtiva, bem como buscamos apresentar uma análise sobre o trabalho útil, o trabalho abstrato e, principalmente, sobre o trabalho produtivo de capital.

Constatamos que as abordagens feitas da categoria trabalho pelos autores dos materiais analisados são diversas, indo de autores que fazem uma abordagem superficial a autores que procuram fazer um mergulho mais acurado propiciando elementos teóricos para se poder fazer uma crítica mais radical da realidade. Dentre estes últimos, que se referenciam nos autores clássicos, particularmente em Marx, verificamos que a maioria deles serve-se dos Manuscritos de 1844 de Marx e enfatiza a questão do trabalho alienado ou estranhado. Pensamos, no entanto, que seria necessária uma maior exploração da obra mais acabada de Marx – O Capital – por considerarmos que ela apresenta uma análise mais elaborada para a compreensão do modo capitalista de produção e do trabalho subsumido a esta forma social, sintetizado na categoria de trabalho produtivo de capital, conforme explanamos anteriormente.

Um dos aspectos mais importantes do ensino da sociologia na educação de nível médio é oferecer elementos para que os estudantes possam fazer a passagem do senso comum à consciência crítica; para que possam fazer uma leitura radical do contexto social em que vivem.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Trad.: Alfredo Bosi. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/ Unicamp, 1995.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando. Introdução à Filosofia**, 2ª edição rev. e atualizada, São Paulo: Moderna, 1995.
- ARANHA, M. L. de A. Trabalhar pra quê? In: KUPSTAS, M. (Org.). **Trabalho em Debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- BAZARIAN, J. **Introdução à sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- BINS, M. **Curso de Sociologia**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1990.
- BOTTOMORE, T. et. al., (2001). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOUDON, R.; POURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 2002.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRASIL/SEMTEC. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio**: Partes I e IV - Bases Legais. Brasília, MEC/SEMTEC, 1999.
- _____. **PCN+ Ensino Médio**: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.
- CARMO, P. S. **A Ideologia do Trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.
- _____. Tecnologia e trabalho: a máquina substituirá o homem? In: KUPSTAS, M. (Org.). **Trabalho em Debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- _____. **O trabalho na aldeia global**. São Paulo: Moderna, 1998.
- CASTRO, A. M. de; DIAS, E. F. **Introdução ao pensamento sociológico**. Durkheim, Weber, Marx e Parson. Coletânea de textos. São Paulo: Centauro, 2001.
- CHAUI, M. **Filosofia**. Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2000.
- COSTA, C. **Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna. 2000.
- COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia**. 12ª edição revisada. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DIAS, R. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- DIMENSTEIN, G. **O Cidadão de Papel**. 19ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- ENERGIA, Sistema de Ensino. **Sociologia - Ensino Médio**. Volume único. Florianópolis: gráfica do Sistema Energia de Ensino, 2006.

_____. **Sociologia**. 2ª série do Ensino Médio, fascículos 1 a 4. Florianópolis: gráfica do Sistema Energia de Ensino, 2005.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERRARI, A. T. **Fundamentos de sociologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

GERAB, W. J.; ROSSI, W. **Indústria e Trabalho no Brasil**: limites e desafios. São Paulo: Atual editora, 1997.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia crítica**. 16ª ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1987.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**. Guia prático da linguagem sociológica. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **O trabalho como princípio educativo**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 68, p. 21-28, 1989.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Sociologia geral**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LESSA, S. **Mundo dos homens**. Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

MACHADO, L. R. de S. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo : Abril Cultural, 1974.

_____. **O Capital**. Vol. I, Tomo I, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. Capítulo VI inédito de O Capital. In: ANTUNES, R. **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MEKSENAS, P. **Aprendendo Sociologia**: a paixão de conhecer a vida. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Sociologia**. 2ª Edição revisada. São Paulo: Cortez editora, 1994.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. Campinas: Boitempo, 2002.

NASCIMENTO, A. E.; BARBOSA, J.P. **Trabalho**: História Tendências, 3ª edição. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, P. S de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

PILETTI, N. **Sociologia da Educação**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um toque de clássicos**. 2ª ed. Rev. e ampl., Belo Horizonte/MG: editora UFMG, 2003.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, M.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Ensino Médio integrado**. Concepção e contradição. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, L. C. Trabalho e realização. In: CORDI, C. **Para Filosofar**. 4ª ed. revisada. São Paulo: Scipione, 2000.

RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Pólis 1987.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Proposta programática do ensino de sociologia e sociologia da educação. In: Secretaria de Estado de Educação/SC. **Proposta curricular: uma contribuição para a escola pública: educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio**. Florianópolis: SEE/SC, p. 48-73, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. Primeiras aproximações. 7ª ed. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 2000.

_____. **Escola e democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre a Educação Política**. 35ª ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SELL, C. E. **Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx**. 2ª ed. Itajaí/SC: Editora da Univali, 2002.

TOMAZI, N. D. **Iniciação à sociologia**, 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual. 2000.

TUMOLO, P. S. Metamorfoses no mundo do trabalho: revisão de algumas linhas de análise. Revista Educação & Sociedade, Campinas, ano XVIII, n. 59, p. 71-99, 1997.

_____. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. Educação & Sociedade, Campinas, n. 77, p. 71-99, 2001.

_____. Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. Educação e sociedade, Campinas –SP, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.

_____. O Trabalho na Forma Social do Capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? Campinas - SP, v. 26, n. 90, p. 239-265, 2005.

_____. Trabalho, estranhamento e exploração capitalista: dos Manuscritos econômico-filosóficos em direção ao Capital de Marx. In: ALVES, G.; BATISTA, R. L., GONZALEZ, J. L. C. (orgs.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. 1 ed. Maringá : Praxis, v.1, p. 146-161, 2006.

VIANNA, W. T. de M.; ANDRADE, H. de O.; FILHO, J. D. **Sociologia**. Apostila do Sistema Educacional Expoente, 2006.